Polêmicas na definição marxista do proletariado: trabalho produtivo e a divisão dos trabalhos intelectual e manual

Sávio Cavalcante[1]

Introdução

Os principais conceitos da teoria marxista giram em torno das classes e da luta de classes que são produzidas e reproduzidas no interior de sociedades concretas. Embora esteja aí o "centro nervoso" do marxismo, é marcante a ausência de consenso na definição de quais critérios inserem os agentes dentro das classes e, consequentemente, quais seriam seus interesses e posições na luta de classes. As intervenções nesse extenso debate são numerosas. As razões da amplitude de definições são pressupostas aqui, de início, no fato de a própria obra de Marx comportar tensões e diferentes acepções de acordo com o contexto em que são utilizadas e de acordo também com o desenvolvimento gradual de suas categorias de análise do capitalismo.

O objetivo desta comunicação é levantar alguns pontos dentro desta discussão e, sendo impossível, nesse momento, abarcar minimamente as diversas incursões teóricas presentes nas várias interpretações do marxismo, buscar-se-á somente problematizar um ponto mais específico: qual a interpretação mais adequada de importantes passagens de Marx que versam sobre a delimitação da classe proletária? Qual a influência que exerce a divisão dos trabalhos intelectual e manual em meio ao trabalho produtivo e, por conseguinte, na constituição de classe do proletariado?

Inicialmente, serão expostos trechos de obras de Marx mais diretamente vinculados a essa discussão. Num segundo momento, serão abordadas polêmicas que surgem em escritos com os de N. Poulantzas. O principal objetivo, assim, é destacar elementos teóricos que possam iluminar definições mais precisas para as determinações das classes na atualidade, na medida em que inúmeras intervenções têm sido realizadas com vistas a se problematizar uma condição proletária contemporânea em meio às transformações políticas, sociais e tecnológicas advindas nas últimas décadas do século XX. Questões que pretendemos abordar mais especificamente em outro trabalho.

Proletariado e trabalhador produtivo em Marx

As concepções sobre o pertencimento ou não dos agentes sociais ao proletariado apresentam tensões e ambigüidades no próprio Marx[2]. O reconhecimento deste fator parece ser

---

[1] Professor de Sociologia da UEL e Doutorando em Sociologia pela Unicamp.

[2] Atenho-me a algumas referências diretas do autor à definição do proletariado, o que faço, evidentemente, sem a pretensão de comportar todas as visões que perpassam seus escritos Com isso também não quero afirmar, e é

imprescindível quando se pretende uma leitura não dogmática. As possíveis ambigüidades podem ser, provisoriamente, explicadas de acordo com a intenção de Marx em privilegiar uma ou outra dimensão estrutural constitutiva das classes. Se é fundamental estabelecer a determinação objetiva dos agentes de acordo com as relações de produção, isto é, as injunções econômicas, a *formação* do proletariado enquanto classe não se afasta, por certo, dos caracteres políticos e ideológicos. A complexa relação destes elementos, que nunca aparecem isoladamente, conflui numa noção mais aprofundada das classes e, principalmente, da luta de classes.

Assim, em 1848, quando da publicação com Engels do *Manifesto do Partido Comunista,* sem ainda dispor das diversas categorias e conceitos fundamentais da crítica à economia política - desenvolvidos de forma mais acabada duas décadas mais tarde em *O Capital* – Marx identifica nos "operários modernos" o conjunto social que representa o proletariado[3]. Mesmo que ainda não apareça, nesse momento, a diferenciação entre trabalho e força de trabalho, que o permite sustentar vários pontos de ruptura com a tradição econômica burguesa, elementos importantes já são lançados em sua teoria. São claramente assalariados, ou seja, trabalhadores, mas assalariados que, dentro da produção fabril, "só têm trabalho enquanto seu trabalho aumenta o capital", fator que posteriormente irá aprofundar na noção de trabalho produtivo.

Não há uma inferência específica sobre qual assalariado aumenta ou não o capital, mas é visível que, nas linhas e parágrafos seguintes, sua atenção é dada a este trabalhador manual, que vê sua autonomia sendo eliminada pelo sistema de máquinas, que o força a ser simples apêndice de seu mecanismo. Características da condição proletária são aqui aventadas: perda de interesse em relação ao trabalho, que se resume a uma atividade simples, monótona e de fácil aprendizagem.

Afirmam também Marx e Engels que são esses operários enquadrados em uma organização praticamente militar, o que significa estar sob vigilância de "uma hierarquia completa de oficiais e suboficiais", aspectos também tratados em *O Capital*. Assim, "não são apenas servos da classe burguesa, do Estado burguês, mas dia a dia, hora a hora, escravos da máquina, do contramestre e, sobretudo, do dono da fábrica" [4]. Importante destacar que, nesse

---

importante ressaltar, que Marx tenha deixado de lado a questão das classes em outros momentos. Pelo contrário, os mais elementares conceitos de O *Capital*, por exemplo, já são a expressão de relações de classe (Cf. Althusser, Louis. *A Reprodução,* Petrópolis: Vozes, 1999).

[3] "Com o desenvolvimento da burguesia, isto é, do capital, desenvolve-se também o proletariado, a classe dos operários modernos, os quais só vivem enquanto têm trabalho e só têm trabalho enquanto seu trabalho aumenta o capital (...). O crescente emprego de máquinas e a divisão do trabalho despojaram a atividade do operário de seu caráter autônomo, tirando-lhe todo o atrativo. O operário torna-se um simples apêndice da máquina e dele só requer o manejo mais simples, mais monótono, mais fácil de aprender". No prefácio à edição inglesa de 1888, Engels define o proletariado unicamente em termos da não propriedade dos meios de produção, ou seja, quase como sinônimo de assalariado. Afirma entender-se por proletariado a "classe dos assalariados modernos que, não tendo meios próprios de produção, são obrigados a vender sua força de trabalho para sobreviver" (Marx & Engels, *O manifesto do partido comunista.* São Paulo: Boitempo, 1998, p.46).

[4] Marx & Engels, *op. cit.,* p. 46.

sentido, vê-se um assalariado, o contramestre, opondo-se ao operário, ou seja, participando do processo de dominação da classe burguesa.

Uma definição semelhante ressurge no Livro I de *O Capital*: "por proletário deve entender-se economicamente o assalariado que produz e expande o capital e é lançado à rua logo que se torna supérfluo às necessidades de expansão do *'monsieur capital',* como o chama Pecqueur" [5]. Mas, aqui, duas questões importantes precisam ser ressaltadas: a noção de proletário já pode ser associada ao conceito de trabalho produtivo que é desenvolvido nesta ocasião e em escritos não publicados em vida (segundo e terceiro livros de *O Capital*, *Capítulo sexto inédito* e *Teorias da mais-valia*); e a precisão da dimensão da análise, ou seja, é significativo que Marx tenha inserido este "economicamente" para qualificar sua definição, o que indica o não desprezo por outros determinantes.

Não é de pouca relevância, então, entender o que Marx chama de trabalho produtivo para se pensar na formação das classes. Embora o proletariado não seja o resultado de uma simples equação estabelecida na produção, diferenciar o trabalho que cria valor daquele que simplesmente o conserva, é colocar um marco divisório em relação às teorias burguesas[6]. Ocorre que a mesma falta de consenso impera nas interpretações e definições do trabalho produtivo. E, ainda, mesmo que haja algum consenso num nível mais abstrato, a complexidade das diferentes formas de capitais que assumem as empresas industriais e de serviços faz com que as atividades produtivas e improdutivas, hoje em dia ainda muito mais, se entrelacem num emaranhado de difícil caracterização na realidade concreta.

Por hora, cabe destacar que Marx concebe o trabalho produtivo em duas dimensões e que uma delas, ao pensar a relação capitalista, implica na discussão do papel da divisão dos trabalhos intelectual e manual. De forma sucinta, quando a atenção é dada a qualquer forma de trabalho (capítulo V do Livro I de *O Capital*), sem as particularidades históricas, é produtivo todo o trabalho que cria valores-de-uso. Quando se pensa o modo especificamente capitalista de produção, essa tese se torna "insuficiente", ou seja, produtividade e improdutividade são pensados em relação ao capital, o que significa dizer que é produtivo o trabalho, assalariado, que cria diretamente mais-valia.

Mas a questão não é tão simples, como será demonstrado nas polêmicas travadas pela interpretação de alguns autores, como Poulantzas e Lessa. No capítulo XIV do Livro I de *O Capital*, Marx relembra que a definição elaborada nos capítulos anteriores deveria ser completada. Afirma que, de início, o processo de trabalho conjuga o trabalho do cérebro e das

---

[5] Marx. K. *O Capital:* crítica da economia política.Livro I, tradução de Reginaldo Sant'Anna.Rio de Janeiro: Civilização Brasileira., 2001, p. 717.
[6] Cf. Rosdolsky, R. *Gênese e estrutura de O Capital*. Rio de Janeiro: Contraponto; EDUERJ 2001.

mãos, porém, mais tarde estes irão se separar e se tornar "hostilmente contrários". O produto já não é fruto de um indivíduo, mas de um trabalhador coletivo, em que os agentes podem atuar "direta ou indiretamente" na manipulação do objeto de trabalho. Para Marx isso representa uma ampliação do conceito de trabalho produtivo, pois para integrá-lo não é preciso estar diretamente em contato com o objeto produzido. Mas há um detalhe: o trabalhador coletivo é produtivo "considerado em seu conjunto", mas a produtividade "não se aplica mais a cada um de seus membros, individualmente considerados". E, ainda, se, por um lado, existe essa ampliação, por outro, há uma restrição do trabalho produtivo para o capital, pois "não é suficiente que ele apenas produza. Ele tem de produzir mais-valia. Só é produtivo o trabalhador que produz mais-valia para o capitalista, servindo assim à auto-expansão do capital" [7].

Adiante, veremos as controvérsias em torno desse trecho, que é seminal para o entendimento da forma capitalista de produção e como os agentes se situam neste processo. O interessante é notar que, na seqüência, Marx fornece como exemplo de trabalho produtivo uma atividade essencialmente intelectual, qual seja, o professor que não só "desenvolve a cabeça da criança", mas que também "enriquece o dono da escola".

Esse aspecto surge com mais evidência no *Capítulo sexto inédito*, no qual Marx define a produtividade do trabalho como característica que independe de o trabalho produzir ou não um conteúdo material[8]. E há uma razão fundamental para esta operação que privilegia a *forma* em detrimento do *conteúdo*, embora, ao fim, ambos se encontrem, isto é, o processo de produção dentro do capitalismo não se resume a processo de trabalho, mas engloba também o processo de valorização[9].

Quando se pensa, então, a totalidade do processo de produção especificamente capitalista, vê-se que é uma "capacidade de trabalho socialmente combinada" que se converte em agente desta produção. Independente de ser o produto material ou imaterial, é produtivo todo o trabalhado que está diretamente vinculado à produção de mais-valia. Já o trabalho improdutivo seria aquele que se realiza na esfera da circulação e do consumo, no qual o trabalhador

---

[7] Marx, K. *op. cit.,* 2001, p. 577 e seguintes.
[8] Marx. K. *Capítulo sexto inédito de O Capital.* São Paulo: Moraes, 1985.
[9] Como afirma H. Amorim (*Valorização do capital e o desenvolvimento das forças produtivas:* uma discussão crítica sobre o trabalho imaterial.. Campinas, 2006 - Tese de Doutorado, IFCH, UNICAMP, p. 65): "do ponto de vista somente do processo de trabalho, é produtivo aquele trabalho que realiza um produto. (...) Já do ponto de vista do processo de produção (processo de trabalho + processo de valorização), é produtivo somente o trabalho que cria mais-valia, que valoriza diretamente o capital — aquele capital que é constituído como parte não paga do trabalho explorado, isto é, sobretrabalho. É produtivo aquele trabalho que serve como instrumento direto ao capital para sua autovalorização. No processo de subordinação real do trabalho ao capital, ou seja, no modo de produção especificamente capitalista, o agente individual não é o centro da produção, mas sim um trabalho socialmente combinado".

assalariado não proporciona criação de valor, na verdade, vende sua força de trabalho como valor-de-uso. É, nas palavras de Marx, consumido como "serviço".

Nesta acepção do trabalho produtivo, os agentes participam de formas diferenciadas no processo imediato de fabricação de mercadorias:

> Uns mais com as mãos, outros mais com a cabeça, este como diretor (*manager*), engenheiro, técnico etc., aquele como capataz, aquele outro como operário manual ou até como simples servente – temos que são cada vez em maior número as funções da capacidade de trabalho incluídas no conceito imediato de trabalho produtivo, diretamente explorados pelo capital e subordinados em geral ao seu processo de valorização e de produção. Se se considerar o trabalhador coletivo constituído pela oficina, a sua atividade combinada realiza-se materialmente e de maneira direta num produto total que, simultaneamente, é uma massa total de mercadorias e aqui é absolutamente indiferente que a função deste ou daquele trabalhador, mero elo deste trabalhador coletivo, esteja mais próxima ou mais distante do trabalho manual direto.

Em suma, de acordo com essa definição, vê-se que o desenvolvimento do capitalismo levaria à inclusão de mais trabalhadores à categoria de produtivos, até mesmo frações mais qualificadas compostas por técnicos, engenheiros, supervisores; o que ele chamou de "uma capacidade de trabalho socialmente unificada".

E é importante notar que a discussão sobre o aumento da qualificação do trabalhador tem um sentido parcialmente diferenciado se voltarmos ao capítulo V do Livro I de *O capital*, a partir de um comentário que parece estar mais centrado na análise conjuntural da Inglaterra de então. Ao fazer a exposição acerca do conceito de trabalho abstrato, Marx alega que este comporta tanto trabalho simples como trabalho complexo. Ao fim, por ser o trabalho abstrato[10] a eliminação social das particularidades de cada atividade produtiva em uma formação mercantil, todo trabalho, por mais complexo que seja[11], ao entrar no processo de valorização, é passível de ser quantificado e igualado no processo de troca de mercadorias e, assim, pode-se reduzir, na composição da magnitude do valor, em trabalho simples.

Ora, em que pese a tendência permanente de desqualificação do trabalho, como discutiremos a seguir, Marx, neste momento, parece minimizar as tendências de aumento das

---

[10] Importante ressaltar, como defende I. Rubin (*A teoria marxista do valor*. São Paulo: Brasiliense, 1980), que trabalho abstrato não se resume a "dispêndio de energia humana", ou seja, não é um conceito fisiológico. Isso porque o trabalho que cria valor não é substância natural, fisiológica, mas, como Marx deixa claro, é uma "substância social", que é socialmente igualada. E o conceito de trabalho abstrato ainda apresenta mais uma especificidade, na medida em que é pensado dentro de uma organização capitalista, o que leva Rubin a defini-lo enquanto o "abstrato-universal, ou seja, trabalho socialmente igualado na forma específica que adquire numa economia mercantil" (p. 154).

[11] "A redução do trabalho complexo a trabalho simples é um processo real que se efetiva através do processo de troca, e, em última análise, reduz-se à *igualação de diferentes formas de trabalho* no processo de distribuição do trabalho social, não às diferentes avaliações das diferentes formas de trabalho ou à definição de diferentes *valores de trabalho*" (Rubin, *op. cit.,* p. 184).

camadas mais qualificadas do operariado[12], mesmo que levante essas questões em outros escritos, como nos *Grundrisse* e no *Capítulo sexto*. E esse fator não é nada desprezível, pois, se tomarmos o aumento da qualificação como estimulador de atividades mais intelectuais, estamos nos referindo ao acirramento da divisão técnica e social do trabalho, de importância fundamental na formação das classes. Assim, ao chamar a atenção para essas camadas, fica inevitavelmente colocada a pergunta: se naquele momento seriam desprezíveis esses estratos mais qualificados, como defini-los, e analisar suas relações com outras camadas, em uma situação diversa em que seu peso, relativo e absoluto, é maior?

Uma outra questão também precisa ser colocada. Como foi afirmado anteriormente, na intenção de buscar as determinações de classe, seria suficiente, para se pensar a formação do proletariado, estabelecermos marcos econômicos rigorosos - se é que são possíveis - do trabalho produtivo?

A divisão entre trabalhos manual e intelectual na definição das classes

Para Poulantzas, as respostas a essas perguntas não podem deixar de lado o fato de que as classes não existem fora da luta de classes. Mesmo que neste trabalho não há a concordância com outras interpretações do autor, a afirmação de que as classes não são "a prioris" que se colocam posteriormente em luta - ou seja, é necessário pensá-las desde o início a partir de oposição de práticas de classe - é de extrema relevância para uma definição que se pretenda, mesmo não havendo garantias, em escapar de um viés economicista. Isso significa que as classes são estruturalmente determinadas também pelos níveis político e ideológico, e não somente pelo nível econômico[13].

De forma bastante resumida, pode-se afirmar que, para Poulantzas, além da contradição principal no modo de produção capitalista entre burguesia e classe operária[14], há a classe da

---

[12] "A diferença entre trabalho superior e simples, entre trabalho qualificado e não-qualificado decorre, em parte, de meras ilusões, ou pelo menos de distinções que cessaram de ser reais, mas sobrevivem convencionalmente, por tradição; em parte, se origina também, da situação precária de certas camadas da classe trabalhadora, situação que as impede, mais que as outras, de reivindicarem e obterem o valor de sua força de trabalho" (Marx, *op. cit.,* 2001, p. 231).

[13] Poulantzas, N. *As classes sociais no capitalismo de hoje*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978. Acompanhando a leitura de E. Wright sobre Poulantzas, pode-se resumir que o critério econômico básico é a distinção entre trabalho produtivo e improdutivo; o critério político enquanto a distinção entre trabalho de supervisão ou não; e o critério ideológico residindo na divisão entre trabalho intelectual e manual. Wright questiona, acertadamente a meu ver, a aleatoriedade de alguns destes atributos (Cf. Wright, E. O. *Classe, crise e o Estado*. Rio de janeiro, Zahar, 1981). Há também a visão de Décio Saes, a qual não exploraremos aqui, de que a "nova pequena-burguesia" seria na verdade uma classe média, que apresenta uma diferença fundamental com a pequena-burguesia tradicional na medida em que o fator principal de distinção é o apego à ideologia meritocrática, e não o individualismo de pequeno proprietário. Para uma síntese do debate ver Boito Jr., A. *Classe média e sindicalismo*. Col. Primeira Versão, nº 123. Campinas: IFCH, UNICAMP.

[14] Poulantzas parece já considerar, desde o início, que não há diferença conceitual entre proletário e operário. Retomaremos essa questão posteriormente.

pequena-burguesia que pode ser dividida entre uma fração tradicional (pequenas produção e propriedade) e uma nova pequena-burguesia, composta de trabalhadores assalariados não-produtivos e algumas camadas do campo intelectual do trabalho produtivo, os quais, por sinal, têm crescido com o avanço das forças produtivas capitalistas.

De acordo com as relações econômicas, o fator delimitador da classe operária é dado, para Poulantzas, pela inserção do agente no trabalho produtivo. Ocorre que sua definição de trabalho produtivo apresenta, nas palavras do próprio autor, um complemento às análises de Marx. Esta definição não se limitaria àqueles que produzem diretamente mais-valia – o que deixa já de lado os integrantes da esfera da circulação, como comércio, publicidade, marketing, contabilidade, bancos, etc. – mas também diz respeito somente aos que produzem diretamente os elementos materiais, isto é, os que intervêm diretamente na produção material de mercadorias.

Poulantzas lembra que há, em Marx, uma definição mais geral do trabalho produtivo, e outra voltada à especificidade do capitalismo. Se na primeira o conteúdo material é uma prerrogativa, na segunda isso já não se faz valer. A questão é que, na visão de Poulantzas, o capitalismo não suprime as determinações que são válidas para qualquer forma de trabalho. Marx estaria mais interessado em eliminar a confusão entre produção material e utilidade, mas não deixaria de lado "o conteúdo material da riqueza". Poulantzas assume que há ambigüidades em Marx, mas defende que a determinação capitalista da produtividade inclui a determinação geral, ou seja, mesmo no capitalismo, só é produtivo o trabalho que, ao criar mais-valia, participa diretamente do processo de produção material.

Quando se toma a importância da ciência em meio à produção material nas últimas décadas, Poulantzas estabelece a seguinte distinção: é necessário dividir, de um lado, os portadores da ciência (pesquisa, produção e difusão de informação) e, de outro, seus agentes (engenheiros, técnicos, supervisores) e o trabalhador coletivo. Na sua análise, os primeiros, ao contrário dos segundos, não integram o trabalho produtivo, na medida em que não intervêm diretamente no processo de produção material, e isto porque "a ciência no capitalismo permanece separada do trabalhador direto". Pesquisa e informação, não obstante assumirem a forma-mercadoria (patentes, licenças), não produzem mais-valia, somente participam do processo de transferência de mais-valia entre os capitais.

Mas o que considerar em relação aos agentes do conhecimento científico que "intervêm diretamente em um processo de trabalho material, por meio indireto, do trabalhador coletivo produtivo" (p.241)? É nesse momento que são necessários, para Poulantzas, os critérios políticos e ideológicos para definir a posição de classe de técnicos e engenheiros, isto é, sua relação com a divisão dos trabalhos intelectual e manual. Dentro desses critérios, os supervisores e gerência são excluídos do proletariado pois, mesmo que produtivos, representam a dominação política do

capital e reproduzem as condições de exploração. Os engenheiros e técnicos, por sua vez, também não fazem parte por serem os detentores dos "conhecimentos secretos", ou do "monopólio do saber", do processo de produção, se colocando de forma antagônica com a classe operária ao reproduzirem e preservarem a divisão técnica do trabalho.

Em suma, para se pensar a formação do proletariado, não basta se remeter à produtividade do trabalho. Ocorre que essa constatação não é formulada explicitamente em Marx, mesmo que pistas tenham sido deixadas. Nesse sentido, Poulantzas recorre à passagem transcrita acima (cap. XIV do Livro I de *O Capital*), na qual Marx afirma que os trabalhos da cabeça e das mãos se tornam "hostilmente contrários", ou, na tradução do autor "se separam em uma contradição antagônica (*feindliche Gegensatz)*" [15].

Esta mesma passagem é ressaltada por Lessa na polêmica que trava com a obra de J. Nagel, o qual busca, em seus escritos, defender o alargamento da condição de proletário a qualquer forma de assalariamento[16]. A crítica de Lessa a Nagel aproxima-se dos argumentos de Poulantzas[17] na medida em que utiliza, como critério de inserção dos trabalhadores no conceito de proletariado, a sua relação ante a divisão dos trabalhos intelectual e manual. Para tanto, cita esta passagem traduzindo-a por: "mais tarde [trabalho intelectual e manual] separam-se até se oporem com inimigos" [18]. Lessa argumenta que a qualidade de *oposição* ressaltada por Marx é fundamental para se entender a dominação capitalista, e nada é alterado pelo fato de sofrer o trabalho intelectual o assalariamento: este continua a ter uma "função social sob a regência do capital", ou seja, uma forma de controle do trabalho manual alienado.

Porém, diferentemente de Poulantzas, Lessa acredita que "em *O Capital* não há como estender o conceito de produtivo às atividades intelectuais dos dirigentes, dos quadros, dos engenheiros e até mesmo dos capitalistas". Tal equação só se resolve quando se utiliza o *Capítulo sexto inédito*, o que, para Lessa, não é recomendável: "o fato de Marx ter optado pela não publicação do Capítulo VI deveria servir de alerta contra procedimentos deste tipo" [19].

A questão parece ser mais complexa. A princípio, o fato de Marx não ter publicado o *Capítulo sexto* não parece ser sinal de deficiências deste texto, mas de uma reorganização da exposição do Livro I. Mais do que isso, como ignorar conceitos seminais presentes neste manuscrito, como os de *subsunção formal e subsunção real do trabalho ao capital*, que nos possibilitam ferramentas teóricas precisas para uma leitura não economicista de sua obra? Mas o

---

[15] Poulantzas, *op. cit.,* p. 252.
[16] Lessa, S. "'Centralidade ontológica' do trabalho e 'centralidade política' proletária". In: *Lutas Sociais*, São Paulo: NEILS, nº 13/14, 2005.
[17] Contudo, Lessa afirma que não há identificação completa entre trabalhador coletivo e trabalho produtivo, ao contrário de Poulantzas, que entende não haver em Marx nenhuma diferença entre esses conceitos, o que o faz usar repetidas vezes o termo "trabalho coletivo produtivo".
[18] Lessa, *op. cit.,* p. 108.
[19] Ibid., p. 116.

dado mais interessante é lembrado por Poulantzas. A edição francesa de *O Capital*, traduzida por J. Roy, simplesmente *eliminou* o trecho "mais tarde, estes se separam em uma contradição antagônica". E mais interessante ainda é o fato de Marx ter *revisado pessoalmente* a tradução francesa, o que leva Poulantzas a se questionar: "incompetência de J. Roy ou sinal das ambigüidades do próprio texto de Marx?" F. Châtelet também comenta este processo, lembrando que Marx, devido a dificuldades da versão de J. Roy, chega a reescrever inteiramente algumas páginas[20]. Ora, será que Marx simplesmente se esqueceu de uma passagem que tem uma ressonância imensa na sua teoria das classes?

Polêmicas clássicas para um debate atual

Ao contrário de discutir qual a "verdadeira" teoria de Marx, parece ser mais interessante utilizar as próprias tensões de seus escritos como forma de iluminar a problematização das questões contemporâneas. Nesse sentido, indico alguns pontos que podem auxiliar na identificação de uma condição proletária nos dias de hoje:

I – Poulantzas levanta, nos seus termos, uma tendência de suma importância, qual seja, de que a divisão entre trabalho intelectual e manual se efetiva também no *interior do campo do trabalho intelectual*. Ou seja, por não ignorar a contradição permanente da acumulação capitalista de qualificação-desqualificação, o autor lembra que aspectos de dominação e degradação, próprios do controle sobre o trabalho manual, se impõem também para aqueles situados no campo intelectual, o que pode os aproximar de uma luta política organizada pela classe operária.

II – Isto nos faz pensar que parece ser necessário, conceitualmente, diferenciar *proletário* e *operário*, termos que em vários autores aparecem sem diferenciações. Quando Marx discute a classe proletária, não só a identifica com os "operários modernos", mas levanta diversas características que os colocam na condição de dominados e explorados: perda da autonomia em atividades simplificadas, monótonas, de fácil aprendizagem e de constante ameaça de perda do emprego. Ora, não deve ser desprezado o fato de que essa "condição proletária" esteja invadindo camadas diversas de trabalho assalariado.

III – Foi H. Braverman[21] quem mais aprofundou essa visão ao indicar a degradação de várias formas de trabalho assalariado com o avanço das técnicas tayloristas dentro e fora da produção fabril. Neste estudo, o autor fornece uma precisão conceitual importante. O que possibilita a separação do trabalho intelectual e manual é a forma essencialmente humana de trabalho que engendra a dissociação dos momentos de *concepção e execução*. Assim, em outros termos, mas não tão diferente da alegação de Poulantzas, diz Braverman que sofre o trabalho

[20] Châtelet, F. *O capital e outros estudos*. Col. Textos Didáticos, nº 25. Campinas: IFCH, UNICAMP, 2004.
[21] Braverman, H. *Trabalho e capital monopolista*. Rio de Janeiro: Guanabara, 1987.

intelectual esta mesma dissociação, ou seja, há trabalhos intelectuais de simples execução que não diferem no geral daqueles caracterizados pela atividade manual[22]. A diferença é que Braverman defende, entre outros fatores, uma quebra das barreiras entre trabalho produtivo e improdutivo e, assim, retoma uma noção muito ampliada de proletariado, englobando quase todos os assalariados[23]. A insuficiência desta tese parece residir, então, em certo desprezo por elementos políticos e ideológicos que surgem na luta de classes e minam a aproximação de vários trabalhos intelectuais com os manuais.

IV – Uma alternativa muito pertinente é levantada por E. O. Wright, que busca identificar "posições objetivamente contraditórias dentro das relações de classe", ou seja, situações contraditórias de classe que levam a um entendimento mais aprofundado das possibilidades de união de interesses das classes dominadas dentro do capitalismo, isto porque o marxismo, como lembra o autor "não é precipuamente uma teoria da estrutura de classes; é acima de tudo uma teoria da luta de classes" [24]. Para tanto, deve-se pensar, entre outros elementos, as relações sociais de produção e a formação das classes com base em critérios como controle da força de trabalho, controle dos meios físicos de produção e controle de investimentos e recursos. Assim, podem-se entender as situações contraditórias dentro dos trabalhos manuais e intelectuais a partir da posição dos agentes em relação a esses critérios.

V- Em suma, o debate atual sobre as classes e a luta de classes, num contexto de inovações tecnológicas e gerenciais, deve se pautar por uma análise que, com vistas a modificações importantes na estrutura produtiva, dimensione o grau de aproximação ou distanciamento dos diversos trabalhos intelectuais que têm sido criados à condição proletária.

---

[22] Neste sentido, ver o importante trabalho, entre outros, de Morris-Suzuki, Tessa. "Robots and capitalism". In: DAVIS, J. *et al.* (org), *Cutting edge,* London/ New York, Verso, 1997.

[23] Assim argumenta Braverman (*op. cit.,* p. 357): "embora o trabalho produtivo e o improdutivo sejam tecnicamente distintos, embora o trabalho produtivo tenha tendido a decrescer na razão do aumento de sua produtividade, enquanto o improdutivo tenha aumentado apenas como conseqüência do aumento dos excedentes jorrados pelo trabalho produtivo – a despeito dessas distinções, as duas massas de trabalho não estão absolutamente em flagrante contraste e não precisam ser contrapostas uma à outra. Elas constituem uma massa contínua de emprego que, atualmente e diferentemente da situação nos dias de Marx, têm tudo em comum".

[24] Wright, E. O. *Classe, crise e o Estado*. Rio de Janeiro, Zahar, 1981, p. 91.